

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

**ALFREDO WAGNER  
ROSA ACEVEDO  
ERIKI ALEIXO**



## PANDEMIA E TERRITÓRIO

Rosa Elizabeth Acevedo Marin	Jordeanes do N. Araújo
Roque de Barros Laraia	Eliana Teles
Otávio Velho	Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira
João Pacheco de Oliveira	Maria Alice da Silva Paulino
Henri Acselrad	Karapãna
Ilka Boaventura leite	Jardeline dos Santos Costa, Kokama
Claudia Puerta Silva	Alicia Dorado Rosales
Jesús Alfonso Flórez López	Álvaro Ipuana Guariyü
Aurélio Vianna Jr	Ana Isabel Márquez Pérez
John Comerford	Isabela do Amaral Sales
José Sergio Leite Lopes	Rita Neves
Marcia Anita Sprandel	Silvia Zaccaria
Patrícia Maria Portela Nunes	Bruna Cigaran da Rocha
Cynthia Carvalho Martins	Selma Solange Monteiro Santos
Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Edielso Barbosa dos Santos
Ana Pizarro	Edvando Jesus Vieira
Ana Carla dos Santos Bruno	Elaíze Farias
Altaci Corrêa Rubim	Elionice Conceição Sacramento
Maria Fernanda Salcedo Repolês	Esteban Torres Muriel
Oswaldo Martins de Oliveira	Estefanía Frías Epinayú
Ricardo Verdum	Fatima Epieyú
Vânia Fialho	Suellen Andrade Barroso
Raphaelle Servius-Harmois	Sandro José da Silva
Glademir Sales dos Santos	Esmael Siqueira Rodrigues
Raquel Mombelli	Gardenia Ayres
Jurandir Santos de Novaes	Gean de Almeida
Txai Terri Vale de Aquino	Hosana Santos
Luiz Antonio de Castro Santos	Ilana Magalhães
André Luiz Freitas Dias	Roberto Carlos Amaya Epiayú
Claudina Azevedo Maximiano	Uta Grunert
Franklin Plessmann de Carvalho	Davi Pereira Junior

Clayton de Souza Rodrigues  
Ítala T. Rodrigues Nepomuceno  
Vinícius Cosmos Benvegnú  
Eriki Aleixo de Melo  
Reginaldo Conceição da Silva  
Marcos Alan Costa Farias  
Murana de Oliveira Arenillas  
Nicolas A. Victorino R.  
Elielson Pereira da Silva  
Riccardo Rella  
Whodson Silva  
Aline Radaelli  
Danilo da Conceição Serejo Lopes  
Gilberta Acselrad  
Felipe Pereira Jucá  
Ernandes Herculano Saraiva  
Guilherme José Sette Junior  
Angelisson Tenharin  
José Roberto Jesus da Silva Cravo  
Poliana Nascimento  
Ariene dos Santos Lima  
Geoclebson Pereira  
Jeane Sacramento  
José Luís Souza de Souza  
José Omir Siqueira  
Juliane Gomes de Souza  
Luan Arruda  
Bruno Lopes do Nascimento  
Cândido Firmiano  
Lucas Antônio Macedo  
Luiza dos Santos Reis  
Marcelo Horta Messias Franco

Maria Delma Portilho Brito  
Maria Jaidene Pires  
Max José Costa e Costa  
Ana Moura  
Maxwell Marques Mesquita  
Anthony Lisboa  
Miguel Ramírez Boscán  
Sandro Henrique Lôbo  
Nelson Ramos Bastos  
Maria da Penha Silva  
Quênia Barreto da Silva  
Jakeline Romero Epiayú Manuel  
Moura  
Rafael Matos  
Francisca Gárdina dos Santos Lima  
Roberto Mendonça  
Rosamaria Santana Paes Loures  
Rosângela Brito  
Flávia Vieira  
Glebson Vieira  
Taisa Lewitzki  
Thiago Alan Guedes Sabino  
Tiane Souza  
Uine Lopes de Andrade  
Peppe Assurini  
Vânia Conceição Sacramento  
Walter Calado  
Alfredo Wagner Berno de Almeida

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA  
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN  
ERIKI ALEIXO DE MELO

# **PANDEMIA E TERRITÓRIO**

2020

## CONSELHO EDITORIAL

**Otávio Velho** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Dina Picotti** – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

**Henri Acserald** – IPPUR –UFRJ, Brasil

**Charles Hale** – University of Texas at Austin, Estados Unidos

**João Pacheco de Oliveira** – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

**Rosa Elizabeth Acevedo Marin** – NAEA/UFPA, Brasil

**José Sérgio Leite Lopes** – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

**Aurélio Vianna** – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

**Sérgio Costa** – LAI FU, Berlim, Alemanha

**Alfredo Wagner Berno de Almeida** – UEMA/UEA, Brasil

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Ana Pizarro** – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de  
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

**Claudia Patricia Puerta Silva** – Professora Associada – Departamento de  
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de  
Antioquia

**Zulay Poggi** – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–  
Universidad Central de Venezuela

**Maria Backhouse** – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –  
FriedrichSchiller-Universitätjena

**Jesús Alfonso Flórez López** – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -  
Colombia

**Roberto Malighetti** – Professor de Antropologia Cultural – Departamento  
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de  
Milano-  
Bicocca



Copyright© Autores

**Equipe de organização e edição:**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

**Capa:** Phillipe Teixeira

**Diagramação:** Phillipe Teixeira

**ISBN Impresso:** 978-65-00-05792-8

**ISBN E-book:** 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.

1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –  
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)  
3245-5461 Fax (98) 3245-5882



# AÇÕES E MOBILIZAÇÕES PARA *EVITAR SE EXPOR À MORTE* NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SALVATERRA

Rosa Elizabeth Acevedo Marin<sup>418</sup>

José Luís Souza de Souza<sup>419</sup>

## Introdução

No Brasil, os quatro meses que decorrem da publicação em Diário Oficial da Lei Nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020<sup>420</sup>, conhecida como Lei da Quarentena e do acúmulo exponencial de informações sobre a COVID-19: notícias, estatísticas, recomendações, debates em lives, somando os decretos e portarias – situaram, de forma mais clara, para os agentes sociais e suas lideranças nos quilombos, aldeias e bairros, a necessidade imperativa de “evitar se expor à morte”. Tal idéia pode estar praticamente fora do campo de interpretações oficiais, sobre “distanciamento social”, “isolamento social”, “isolamento vertical” pois não se trata de leituras individuais, nem de aceitar os posicionamentos oficiais que adentram nas polêmicas reveladoras da necropolítica em tempos de pandemia. A questão é: a pandemia de COVID-19 é um *plus* na “política de morte” adotada pelo Estado brasileiro (Mbembe, 2016, p. 123) para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais,

---

418. Pós-doutorado na Université de Québec à Montreal, Canadá e no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL), França. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Pará vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU /Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Programa de Pós-Graduação em Antropologia PPGA. Colabora no Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

419. Egresso do Curso de Etnodesenvolvimento (2013-2017). Faculdade de Etnodiversidade, Campus de Altamira da Universidade Federal do Pará. Discente do Curso de Especialização em Gestão de Sistemas Agroextrativista para Território de Uso Comum na Amazônia (GESAM). Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF). Fundador da Juventude Quilombola Abayomi

420. Lei publicada no Diário Oficial da União em 07/02/2020. Edição: 27 | Seção: 1 | Página: 1. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em: 30/mai/2020.

trabalhadores assalariados, desempregados, e os denominados classificados grupos de risco? Como esses agentes produzem narrativas, interpretações, desideratos, ações e mobilizações para se preservar e proteger?

As narrativas são múltiplas e diferenciadas. O texto “Território quilombola de Salvaterra: ações e mobilizações para *evitar se expor à morte*” é conduzido no seguimento das ações, mobilizações e debates dos quilombolas no município de Salvaterra que se negam a ficar expostos às doenças, à eventualidade da contaminação e morte por Coronavírus. Esse estar cientes os orientou a formar o Grupo Combate COVID-19 que posiciona seu agir a favor de “nossos quilombolas” e assume realizar ações de preservação, e embora afirme estar atento e observe a cidade de Salvaterra, “mais o foco é os quilombolas”<sup>421</sup>.

Observa-se que os enfrentamentos do COVID-19 assumidos pelos quilombolas de Salvaterra são feitos com conhecimento dos agravantes e a precariedade de políticas e ações de saúde coletiva à eles dirigidas, associado ao desmonte do SUS. Claramente, algumas decisões dizem respeito ao tempo da pandemia embora interferiram no atendimento de necessidades cotidianas. Assim, a decisão da Secretaria Municipal de Saúde ao ordenar o fechamento dos postos de saúde nas comunidades e ao convocar os agentes de saúde (enfermeiras, técnicas de enfermagem, auxiliares) para trabalhar na sede municipal, produz o descuido dos serviços rotineiros, de atendimentos sem necessidade de ir à cidade. Outra ação é relativa à Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe, priorizando os idosos. Estes, afirmaram, teve pequeno alcance nas comunidades quilombolas e duvidam que podia ser diferente a outros anos. Essa observação mostra que a leitura de uma situação precisa ser feita sob vários ângulos, como sinaliza José Luís Souza de Souza:

---

421. De acordo com o registro da primeira mensagem de WhatsApp, no dia 15 de abril de 2020 deste Grupo constam 36 pessoas, a maioria jovens, que vivem nos 17 quilombos do Território Quilombola de Salvaterra. Estão incluídos Agentes de Saúde, professoras da UEPA e UFPA. Para realizar este trabalho contamos com a colaboração de José Luís Souza de Souza, que se posiciona na linha de frente desta iniciativa. Com seu consentimento e coautoria procedemos a hilar estas páginas.

Os quilombolas estão tendo dificuldades devido aos fechamentos dos postos de saúde nas comunidades, bem como as diversas viagens que eles faziam até a cidade para compra de insumos para suas produções; com relação à higiene nos reunimos Grupo de Juventude Abayomi e MALUNGU para conseguir arrecadar materiais de higiene para suprir as necessidades deles, os alimentos estão consumindo mais produtos dos quilombos devido as restrições e medo de ir até a cidade.

Notoriamente, os quilombolas de Salvaterra são cientes da precariedade da infraestrutura de abastecimento de água potável, que é proveniente de poços a céu aberto e com riscos de contaminação, como enfatizado em pesquisas<sup>422</sup> que indicam a gravidade. Quinze anos atrás, formulários aplicados em todas as comunidades quilombolas permitiram sistematizar dados sobre a destinação dos dejetos domésticos; a maioria dos entrevistados informou que queimava ou enterrava o lixo e não existia atendimento de coleta pública.

Todavia, os problemas de maior envergadura cercam os quilombos mais próximos de Salvaterra. A poucos quilômetros da sede, na Estrada de Bacabal, existe um lixão a céu aberto que não para de crescer. Apenas no terceiro mês de pandemia foi objeto de uma Ação Civil Coletiva por parte da Procuradora Pública do município, feito legal com elevado reconhecimento pelo Grupo COVID-19<sup>423</sup>. Mas, por cima de tudo, sobressai a paralisação das

---

422. Ribeiro (2005), Acevedo Marin (2005), Carneiro (2014).

423. No Grupo Combate COVID-19 divulgou-se Ação Civil Coletiva N° 0800097-23.2020.8.14.0091 da Vara Única de Salvaterra tendo como partes o MPJE (Autor), o Município de Salvaterra (Réu); Valentin Lucas de Oliveira – Prefeito de Salvaterra (Réu) Nivaldo do Nascimento Ramos – Secretário de Meio Ambiente do município de Salvaterra (Réu) Raimundo Nonato F. de Brito - ex-Secretário de Meio Ambiente (Réu). A Ação Civil Pública Ambiental e por Responsabilidade Objetiva c/c Medida Liminar foi instaurada dando conta do lixão que existe a céu aberto, sendo seu acesso realizado pela Estrada do Bacabal, distante aproximadamente 1.400 metros da área urbana, que dá acesso às comunidades quilombolas de Bairro Alto, Bacabal, Santa Luzia, Mairunquara, etc. Frisa a peça legal o “grave risco não somente o meio ambiente, mas, principalmente, a saúde daqueles que deveria cuidar”. Nas mensagens consta fotos do lixão da Estrada de Bacabal e na p. 5, são informados vetores de doenças “os mosquitos que transmitem a febre tifoide, filariose, malária, dengue e febre amarela, e os roedores que transmitem a peste bubônica, raiva, leptospirose e certas verminoses. Além disso, alguns autores associam os impactos de lixões com anomalias imunológicas, câncer, danos ao aparelho reprodutivos e defeitos de nascença, doença respiratórias e pulmonares, deficiências hepáticas, problemas neurológicos e renais, sendo os lixões verdadeiros vilões a saúde e bem-estar

titulações dos territórios, processos introduzidos no INCRA, com mais de década, e a intrusão das terras pelas cercas das fazendas. Esse intrusamento tem na malha de estradas para circulação de veículos e motos, parte de sua materialização, especialmente pela ameaça de entrada de corpos doentes, a qual precisa ser controlada ou mesmo interdita.

O Grupo Combate COVID-19 é acompanhado através de suas mais de quatrocentas mensagens, curtas e longas, de áudios, fotografias, Boletins Epidemiológicos, notícias do Estado e nacionais. A partir da entrevista com José Luís Sousa, via telefone e e-mails, os áudios transcritos<sup>424</sup> sistematiza-se a empiria do artigo. Destaca-se que na leitura de mensagens de WhatsApp e sua citação, implica para os autores a atenção para pontos que consensualmente o grupo manifesta cuidados e sigilos.

### **Preservação de *nossos quilombos*, começa por controlar o território**

Na primeira década deste século XXI a mobilização das comunidades quilombolas de Salvaterra intensificou-se, indo além dos Encontros de Mulheres Negras Quilombolas, articulados pelo Centro e Defesa do Negro no Pará – CEDENPA, pois havia formas de “resistência cotidiana”, enfrentamentos e conflitos presentes nos discursos verbalizados pelos quilombolas a propósito dos fazendeiros, ávidos em levantar cercas, interditar o acesso às áreas de pesca, açaçais, acrescidos de violência física e humilhações. A mais frequente delas terem que circular, transpor e expor-se a passar por baixo de cercas de arame farpado, algumas eletrificadas. Na

---

da população. Esta poluição generalizada atinge as atuais gerações bem como as futuras! Sobre multas e penalidades: Assim, se requer a Vossa Excelência o deferimento de tutela de urgência, determinando, no prazo de 10 (dez) dias, o caucionamento de R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais), em dinheiro em conta judicial, ou que os requeridos indiquem bens suficientes no mesmo valor que possam garantir as indenizações por danos materiais e morais a coletividade, aplicando-se multa diária, em valor a ser arbitrado pelo juízo, em caso de descumprimento de medida de urgência ora pleiteada.

424. Agradecemos em especial a colaboração de Maria da Paz Saavedra – Doutoranda PPHIS-UFPA e Técnica do NAEA na transcrição dos vídeos. Guilherme Jorge Teles contribuiu no acesso a alguns documentos.

audiência pública realizada na igreja Nossa Senhora da Conceição, no dia 10 de maio de 2005, em Salvaterra, Dona Teresa Santos do Nascimento, da comunidade de Bacabal denunciou: “A fazendeira foi lá, levou polícia e foi quando a comunidade foi jurada de receber uma cerca elétrica”. O caráter tenso dessas relações sociais tensas mudou muito pouco.

Os processos de territorialização de Mangueiras, Salvá (ou Salvar), Deus Ajude, Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista, Siricari, Campina/Vila União, Paixão, iniciam, na segunda metade do século XIX. As situações de conflitos por recursos naturais e as terras apropriadas por fazendeiros e empresas<sup>425</sup> narradas por cada uma dessas comunidades parecem ter caráter intermitente.

Contudo, a luta é contínua, revelando “artes de resistência” e formas da “infrapolítica<sup>426</sup> ante a dominação oligárquica. As formas de responder às ofensivas dos fazendeiros foram encontradas na organização política e na apreensão de direitos étnicos e territoriais. Nos anos 2004/2005 a tensão e o conflito social encontravam-se no ápice e foi quando se organizaram várias associações de remanescentes de quilombo. Luzia Betânia Alcântara, liderança dos quilombos de Salvaterra, em oficina de Cartografia Social afirmou:

---

425. O direcionamento de interesses de pecuaristas e de instituições de representação e apoio sobre essas terras tradicionalmente ocupadas registra-se, resumidamente, quando se instituiu a fazenda Modelo e ocorreu a primeira reunião do Sindicato Agropecuário de Soure (1918). Na ocasião os pecuaristas fortemente protegidos e financiados pelo governo estadual visualizaram a “indústria pecuária” e com isto a fixação do preço da “carne verde”. Em 1931, formou-se a Sociedade Cooperativa de Indústria Pecuária do Pará Ltda. (SOCIPE) com 389 associados, liderada pelos fazendeiros de Soure, que posteriormente deram apoio para que o Prefeito de Soure Rodolfo Engelhard alavancasse o projeto de criar o Posto de Inseminação Artificial. O Ministério da Agricultura passou a exercer o domínio de uma área de 2.128 hectares com o intuito de reservar uma área para pesquisa em zootecnia e agricultura na ilha de Marajó. Esse Ministério transmitiu as benfeitorias da antiga Fazenda Paraíso, em 1980, para o funcionamento da Estação Experimental de Marajó, que impôs progressivamente severas restrições aos seus antigos donos. Permanece sob o domínio institucional da EMBRAPA. O documento encontrado no Registro de Imóveis do Cartório Biá, na cidade de Soure, ignorou a presença das famílias de Mariquara, São Luiz, Valentim. As transações de fazenda Forquilha (conhecida com fazenda do Americano) e São Verissimo terminaram por cercar o povoado de Bairro Alto. O povoado Bacabal correspondeu as terras da Santa Nossa Senhora das Mercês e ficou impensado entre as fazendas São Lourenço e São Macário. (ACEVEDO MARIN, Rosa E. 2005; 2007).

426. James Scott destaca: “Con ese término, quiero designar una gran variedad de formas de resistencia muy discretas que recurren a formas indirectas de expresión. Comprender la sustancia de esta infrapolítica, sus disfraces, su desarrollo y sus relaciones con el discurso público será de gran ayuda en el esclarecimiento de algunos enojosos problemas del análisis político, en especial la cuestión de la incorporación hegemónica” (SCOTT, 2000: 44).

Nós iniciamos uma luta, luta esta que temos que estar unidos, nos juntar e lutar, mas lutar pelo território. Território das Comunidades Quilombolas de Salvaterra. Não podemos pedir, terra por exemplo só para Bacabal. Temos que pedir terras para todos, falar a mesma língua. Temos que nos reunir com frequência para conseguir os nossos objetivos; não é cada um por si e sim cada um por todos, e todos por um que é o território quilombola de Salvaterra. (Luzia Betânia Alcântara. Oficina Nova Cartografia Social da Amazônia. Quilombolas da ilha de Marajó, em 10/12/2005).

Essa noção de luta por um território quilombola, e não por ilhas de comunidades isoladas, esteve fortemente defendido pelo movimento quilombola de Salvaterra. Durante o ano (2008-2009), realizaram-se, quinzenalmente em cada comunidade reuniões para debater as dimensões históricas, ecológicas e políticas desse território; priorizou-se fortalecer a organização política, as condições de possibilidade de uma estrutura de governo, a articulação para os enfrentamentos com as instituições que freavam esse projeto, notadamente o INCRA que se posicionou por processos individuais para cada comunidade na ideia de que obteria celeridade o processo de titulação<sup>427</sup>. Nessas reuniões procurava-se *falar a mesma língua*, o que sintetizaria e convergiria para o território etnicamente configurado.

A primeira aproximação cartográfica desse território encontra-se no Fascículo N° 7 Quilombolas da Ilha de Marajó (PNCSA, 2006). A representação do território tem forma oval e dentro dos seus limites estão alguns dos nomes das fazendas que o intrusaram e cotidianamente o trafegam e marcam prepotência social e política. O mapa não corresponde a um território georreferenciado, pois esse primeiro alterou-se com novas comunidades, a maioria certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Nesse mapa de 2006 não constam as terras da comunidade do Rosário que se situa a

---

427. A memória dessas reuniões – pautas, resumos e fotografias- consta nos arquivos de trabalhos desenvolvidos em pesquisas coordenadas pela Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, anos 2007-2008 e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia.

margem direita da PA Câmara – Cachoeira do Arari. Nele não se modificam as informações sobre as fazendas e os conflitos que tem protagonizado ao longo dos anos. Entre os povoados de Deus Ajude e Providência está o Cemitério de São João também incrustado dentro de uma fazenda, como confere-se na perícia feito pelo IPHAN, em 2011.

O território quilombola de Marajó



Fonte: PNCSA, 2007.

O que ocorre em abril de 2020 com o território? Sem decreto publicado, sem título, sem demarcação, sem retórica, o território tem uma existência social e política afirmada pelo próprio grupo, pois é essa a condição para a prática de prevenção e proteção; dessa maneira, o território foi unificado

política e simbolicamente com as faixas em cada porteira, portão ou barreira, com os discursos e, especialmente, com a unidade de ação política.

No primeiro momento esse ato de governança dos quilombolas teve impacto e foram necessários diálogos e pressão persistente junto ao Executivo municipal para que compreendesse e apoiasse a decisão de fechamento com barreiras dos ramais. De parte dos fazendeiros, não houve aceitação destas, como revela a tensão vivida no dia 24 de maio de 2020.

Entre as possibilidades de descrição do território exclusivamente a partir de suas entradas (os ramais) a tentativa que segue é feita com base em deslocamentos entre ramais, atalhos e furos para realização de pesquisa ao longo de quase duas décadas:

O território etnicamente configurado de Salvaterra é formado por 16 comunidades que estão reunidas em 12 associações de “remanescentes de Quilombo”. A malha dessas comunidades foi e está cortada pelas cercas das fazendas, a PA 154<sup>428</sup> e os ramais que penetraram nas comunidades. As comunidades de Rosário e Caldeirão, situadas nos extremos do território ficaram a margem da PA- 154. Nova União e Campinas foram cortadas ao meio por essa rodovia. O povoado de Paixão que fica ao fundo, do lado direito, está totalmente rodeado de fazendas. O primeiro ramal a partir desta estrada corta as comunidades de Boa Vista, Siricari, Deus Ajude, Providência, e segue em direção a Mangueiras e Salvá, isso após abrir as porteiras de várias fazendas, a última tem o nome de Fazenda Dallas, antes de atravessar o rio Mangueiras. O segundo ramal é conhecido como Ramal da Embrapa, da margem esquerda sai de Salvaterra e percorre 8 Km; penetra em Boa Vista, São Benedito da Ponta, Santa Luzia, Bacabal, Pau Furado e Bairro Alto.

---

428. A rodovia estadual PA -154 possui 89 km de extensão e liga os municípios Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, na Ilha de Marajó. Pavimentada do porto de Camará até a travessia para Soure, e de lá até o entroncamento com o acesso à praia do Pesqueiro (12 Km).



Os quilombolas nesse governo inaugural sobre o território e, em nome dos corpos que não podem se expor à morte, isto no tempo excepcional da pandemia, decretaram o seu fechamento. Foi a partir da leitura dos ramais, pontos, ligações que definiram os pontos estratégicos como analisaram em mensagem de 16/04:

Temos a entrada de Caldeirão, a entrada do ramal Bacabal, a entrada do ramal Boa Vista. Temos a entrada de Paixão e temos um grande problema que é onde todos passam que é Vila União, que todos passam no centro da comunidade. Rosário e Paixão são entradas que estão na rota do pico que é a PA de Cachoeira do Arari.

Essa leitura do território para produzir o isolamento social coletivo constitui a informação cartográfica do Plano Emergencial para “Trabalho e Proteção”, cuja vantagem está no conhecimento sistemático dos territórios e dos que neles vivem e possuem direitos. Com essas medidas de fechamento estariam impedindo as “entradas e saídas desnecessárias” das pessoas. Uma afirmação indicava a urgência: “Sim. Agora mais do que nunca temos que trabalhar para que as comunidades fiquem protegidas”. Decisões coerentes com esse conhecimento não se encontram na visão dos gestores e técnicos municipais.

Havia necessidade premente de formar essa unidade, de distanciar os não bem-vindos, as visitas, nesse período, situando os fins de semana e feriados. Todavia, não é fácil pensar e executar as ações na e para as comunidades. Desde a elaboração das frases das faixas até começar a produzir máscaras, buscar apoio externo, levantar fundos, dirigir-se as instituições, conversar e convencer os próprios quilombolas do significado e necessidade do isolamento social. É reconhecido que as informações e o posicionamento do Governo Federal tiveram e tem o efeito péssimo de desorientar, semear incredulidades e dividir essas unidades.

As frases: “**Estamos em isolamento social. Não queremos visitas**” e a segunda, mais categórica: “**Respeitem! Comunidades unidas contra o COVID-19**” foram objeto de apresentação dentro dos articulados no Grupo Combate COVID-19. Contrataram o pintor das faixas e afixaram nos pontos escolhidos. A barreira dos quilombos de Pau Furado e Bairro Alto recebeu higienização com água sanitária.

Entretanto, a decisão de fechamento do território teve que obedecer aos trâmites e ter autorização junto ao Executivo municipal, Quartel, DEPOL. Na tensão de encontrar essa legitimidade recorreram à Coordenação Regional Marajó da MALUNGU que elaborou o Decreto Geral para todas as comunidades Quilombolas do Arquipélago de Marajó. “Dispõem sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito as Comunidades Quilombolas da Regional da MALUNGU (REGIONAL DO MARAJÓ), a Pandemia do novo Coronavírus COVID-19 e dá outras providências”.

Esse instrumento finaliza com o Protocolo que define datas e condições de aplicação do Decreto:

Art. 1º. Até o dia 17 de abril de 2020 (data que pode ser prorrogada de acordo com a necessidade), os (as) quilombolas que residem nas cidades e que são das comunidades Quilombolas da Regional do Marajó, terão livre acesso as suas comunidades Quilombolas. Após essa data o acesso aos territórios Quilombolas da Regional do Marajó só será permitido se a/s pessoa/s cumprir as orientações previstas pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e o Protocolo da Regional do Marajó nº 001/2020 de 17 de abril 2020, destes territórios.

As comunidades quilombolas de Salvaterra apoiaram-se neste Decreto e face as suas experiências definiram a elaboração de um Protocolo Local, que passará a vigorar no dia 1 de junho de 2020. Esse documento registra as novas situações, em especial a ocorrência do primeiro caso (dia 24 de maio de 2020).

Associações Remanescentes de Quilombolas do Município de Salvaterra, MALUNGU-REGIONAL DO MARAJÓ/PA, considerando a pandemia do COVID-19 (Novo Corona Vírus) que está em expansão mundial e já chegou ao Brasil e no Estado do Pará, bem como no município de Salvaterra e também com registro do primeiro caso de COVID-19 em território quilombola de Salvaterra, com vítimas já confirmadas pela SESPA/PA. Tendo em vista essa realidade, viemos através desde informar a população em geral das medidas preventivas que serão tomadas em relação a essa Pandemia.

## **Governo dos nossos, coesão interna e pressões contra o fechamento do território**

Para atribuir um preço às formas precedentes de organização e estruturas de coesão dos quilombolas de Salvaterra, é necessário compreender as mobilizações durante mais de uma quarentena de dias do isolamento social do território quilombola, isto é, desde a segunda quinzena de abril até praticamente final do mês de maio. José Luís Souza liderança de Deus Ajude e um dos fundadores, em 2013, do movimento Juventude Quilombola Abayomi responde:

Como surgiu a ideia de organizar o Combate Covid 19?

A ideia surgiu após a confirmação dos primeiros casos em nosso município, reunirmos três jovens e tomamos a atitude de convidarmos outros para fazermos os fechamentos onde começamos uma articulação de comunidade em comunidade até que foram aos poucos criando a coragem de fechar, logo surgiu a ideia de um decreto depois veio o entendimento de que tinha que ser um protocolo, até juntos com professores da UEPA (Universidade Federal do Pará) e UFPA resolvemos fazer o fechamento total ficando apenas duas comunidades sem fechar.

Para o Grupo “Combate COVID-19” convergiram ideias e diversas ações dos presidentes de associações, agentes de saúde, professoras e amigos. A presença de contaminados pelo COVID-19 é conferida com os casos identificados na cidade de Salvaterra e em Cachoeira do Arari. As comunidades se incorporaram pelas lideranças que estavam no Grupo de WhatsApp e, ao mesmo tempo, várias mensagens descrevem as reuniões nas comunidades, a marcação de encontros em Salvaterra para informar sobre pandemia, tratamento, possibilidades de prevenção com o fechamento do território. A capacidade de trocar ideias, organizar, expor dissenso e estabelecer decisões consensuais é revelada na série de mensagens. O Calendário de reuniões ilustra a organização e detalha as normas de conduta (Anexo)

Certamente, várias vezes dentro do território minimizaram o perigo e desconsideraram o caráter das ações. A repetição das recomendações não conseguia adesão total. As mensagens informavam o desacatamento de alguns jovens e adultos que minimizavam a informação dos Agentes de Saúde, do Grupo Combate COVID-19. A orientação para evitar aglomerações nos quilombos - jogos de futebol, celebrações e cultos custava a ser atendida. A explicação sobre a transmissão dos assintomáticos necessitava passar-se a todos, ao mesmo tempo, que a gravidade e velocidade de transmissão, assim insistia-se na informação de que “Os mais jovens podem contaminar os mais velhos”; ainda contaminações, estados graves e óbitos entre jovens estavam em aumento no Brasil. As aglomerações tornaram-se objeto de denúncias e de novas solicitações para alterar a conduta.

Nas reuniões e nos debates internos prevaleceu a ideia da autonomia das comunidades e o princípio político da razão e convencimento: *“Acredito que as comunidades podem e tem autonomia para fazerem portões nas entradas de suas comunidades para controle. Igual a outros quilombolas de outros municípios já fizeram”*. Mas adiante, é apresentada a estratégia: *“Eu tô sugerindo porque não posso me envolver diretamente, e que as comunidades de Deus Ajude, Providência, Salvar e Mangueiras possam se reunir e fechar na ponte de Deus Ajude para controle de entrada e saídas dessas comunidades, creio que dessa mesma forma, as demais podem se organizar também”*.

Esses documentos chamam atenção para a percepção política dos quilombolas das cidades. Muitas comunidades quilombolas cercadas e invadidas pelas cidades levam a questionar essas relações complexas, quase inevitáveis, pois esses centros se transformam em lugar de perigos e insegurança, fatos notabilizados cada vez mais, ao mesmo tempo, que representam possibilidades de educação, serviços de saúde e novos contatos. A cidade de Salvaterra localizada a escassos quilômetros, especialmente do Ramal Boa Vista e Bacabal, é frequentada diariamente para realizar comprar de alimentos industrializados, para gestão em órgãos públicos, saúde, visita de familiares e trabalho, em poucos casos.

O circuito de Salvaterra a Belém, realizado por transporte fluvial, como é repetido em uma das mensagens constituiu um problema por ser a capital do Estado do Pará “o epicentro da contaminação”. Os Boletins da Secretaria de Saúde de Salvaterra mencionam os casos identificados e suspeitos de COVID-19 informando idade, sexo e a proveniência – “Sem histórico de ida a Belém”. Essa constatação fez que o pedido para evitar viagens a Salvaterra e Belém fosse recorrente nas comunidades. Segundo as orientações sanitárias, Salvaterra e Belém eram lugares de aglomeração que era preciso impedir.

As mensagens indicam a busca de solução desta rede de contaminação interrompendo as viagens de Belém para Cachoeira do Arari, Salvaterra e Soure, utilizando o porto de Camará. Os prefeitos das três cidades opinavam que as viagens não podiam ser interrompidas. Entretanto opinaram por uma barreira sanitária. A fiscalização de embarcações parece não ter dado resultados, pois a cada Boletim Epidemiológico, os novos casos de contaminação estavam entre passageiros provenientes de Belém. Foi sentenciada a restrição de empresas e viagens que fazem esse percurso. Não obstante, o poder público aplicou medidas contra a empresa que realizou viagens clandestinas.

Entender o **governo das condutas** que os próprios quilombolas conduzem escapa as mensagens, em parte. O mais sensível é reduzir as tensões internas provocadas por divergências quanto ao fechamento, a entrada de pessoas que se sentem livres para trafegar: os marreteiros. Foi escrito em mensagem que o acesso dos marreteiros nos quilombos devia ser proibido terminantemente, “muitos deles vão a Belém toda semana”. As atividades essenciais foram definidas, como o caminhão do gás para circular em dia combinado.

Oi queridos. Bom dia!

Informo aos amigos que hoje vai passar um caminhão de gás, ele vai abastecer Mangueiras e Deus Ajude, então como está dentro dos produtos essenciais está autorizado passar. Ok. Bom dia.

Nessa arte de governar necessitaram adotar medidas mais enérgicas. No dia 02 de maio de 2020 “Hoje estamos fechando as porteiças do quilombo de Paixão, agora é valendo mesmo”. Da leitura de mensagens depreende-se que a autonomia e as ações foram estimuladas. Mais, além de reuniões e assembleias locais para o fechamento apoiavam-se na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho<sup>429</sup>. Uma frase é conclusiva “APENAS COLETIVIDADE NA DECISÃO, FAZ-SE NECESSÁRIO!!! Apesar de reconhecimento do peso da burocracia para validação de decisões tiveram que recorrer ao apoio legal, solicitando da MALUNGU - Coordenação Regional de Marajó, a elaboração de um Decreto e o plano de ação, como citado acima.

O conjunto de mensagens deteve-se no fechamento do território, que demorou 17 dias com o fechamento de Paixão, (02.02). Embora tenham se apresentado tensões entre os que se manifestaram contra essa decisão. Em uma comunidade as pessoas responsáveis pela vigilância foram agredidas verbalmente por vizinhos e terminou com queixa na Polícia Militar. Até o

429. O argumento estava também referido à divulgação do Decreto do Território Quilombola de Jambuaçu – BAMBAE Nº 01 de 23 de março de 2020 que baseado na constatação que o Coronavírus “já chegou no Pará e com vítimas confirmadas pela SESP/PA”, no Decreto Nº 609 de 16 de março de 2020 e o decreto do governo municipal de Moju Nº 025/ de 18/3/2020 no qual foram estabelecidas medidas de prevenção em relação à pandemia.

final de maio acumularam-se queixas de vizinhos. Por medida do MPE foi “mandado desobstruir”.

Dificuldades e obstáculos não tem sido poucos, mas as capacidades ajudaram a superar entraves. As ações de produção de panfletos, confecção de máscaras, entrega de cestas básicas, comunicação com as autoridades, com agentes em Salvaterra (Lotérica) importantes nos serviços. Houve a produção de um panfleto (anexo), embora refletissem que as pessoas não os leem. Contaram ter feito seis faixas.



**Figura 01:** Portão da comunidade de Bacabal. Na primeira foto estão higienizando com água e cloro.



**Figura 02:** Máscaras fabricadas em Bairro Alto. **Figura 03:** Barreira da comunidade Boa Vista.



**Figura 04:** Barreira da comunidade de Boa Vista. **Figura 05:** Barreira na comunidade de Pau Furado.



**Figura 06:** Barreira na comunidade Boa Vista e grupo de vigilância.



**Figura 07:** Barreira na comunidade Paixão



Internamente conseguiram convocar as costureiras para confeccionar as máscaras<sup>430</sup>. A maioria das comunidades contava com mulheres com esse conhecimento. Uma mensagem cita a compra de tecidos, de elásticos, e de outro lado houve doação de 250 máscaras pelo SINTEPP. Também, comentam o propósito de comprar sementes para iniciar o trabalho sustentável. A preocupação com a “produção familiar urgente (famílias sustentáveis). Os comentários suscitados por essa observação revelam avaliação e projetos futuros, em uma situação de pandemia sem data para acabar.

Eu vejo esse momento de pandemia como uma oportunidade para nossas comunidades se tornarem mais independentes da produção externa. Muitas coisas que compramos de fora poderiam ser produzidas aqui, se os quilombos se unirem e cada um produzir um pouco a gente nunca mais vai precisar passar por uma ameaça da falta de alimentos. Esse é um momento para as tradições como o máximo de produção de seu alimento em casa.

No breve debate aponta-se a criação de galinhas alimentadas com milho cultivado nos quilombos. O território associado à autonomia produtiva, autossuficiência alimentar, condição básica de reprodução material e social encontra força no tempo difícil da pandemia como recuperando a história passada de sua própria organização econômica<sup>431</sup> e as lutas atuais por recursos cercados pelas fazendas (igarapés, açazais, bacurizais).

---

430. As falas sobre a confecção das máscaras – fato aparentemente simples, distancia-se em conteúdo do Decreto N° 11/2020 de 20 de abril de 2020 da Prefeitura Municipal de Salvaterra, que: “Torna obrigatório o uso de máscaras de proteção facial pela população do município de Salvaterra”. O faz com anterioridade e A Prefeitura estabelece a multa de R\$ 50,00 para pessoa física.... O Grupo Combate COVID 19 prioriza, com anterioridade, a fabricação de “máscaras artesanais” para seu uso e tenta convencer cada quilombola sobre a necessidade de prevenção individual e coletiva.

431. Nos relatórios históricos antropológicos citados as narrativas frequentes eram de trocas entre comunidades, exemplo peixe por farinha e os frequentes deslocamentos para vender ou trocar farinha por carne, queijos com os moradores de fazendas. A diversidade de espécies encontradas e roças e hortas também se destaca nesses estudos, que descrevem a redução dessa capacidade produtiva.

As demandas que surgem com objetivo de preservar os corpos, tem dimensões que escapam ao governo das condutas realizadas pelas instituições e é nesse sentido que as competências do Grupo Combate COVID-19 fez a diferença, pois possui relativo controle e conhecimento das ações e pode propor as ações que estão minuciadas nas mensagens que analisamos. Ressalta-se o direcionamento claro e consensual. Os quilombolas têm necessidade de ir à cidade para receber pagamentos de pensão, de Seguro Defeso, de Bolsas e, por último, aqueles que receberam a Auxílio Emergencial de R\$ 600,00. Uma mensagem toca a alarme das filas na rua da Lotérica. O efeito aglomeração é reconhecidamente perigoso, de tal forma que houve a ameaça de fechamento. Para encarar essa dificuldade, o Grupo Combate COVID-19 estabeleceu contato com a “dona da lotérica” e propus a distribuição de senha de atendimento, em um total de cem. Nas comunidades foram elaboradas listas das pessoas, em pouco tempo, que receberiam as senhas. A par dessa proposta, o Grupo examinava outra estratégia de atendimento dos caixas e procedimentos que diminuiriam o número excessivo de pessoas nas “filas gigantes”. Essas listas foram recomendadas para a Bolsa Família. Observa-se que a organização eficiente está não apenas no prestador de serviço, mais do usuário e da solidariedade que é solicitada a cada momento.

A Prefeitura Municipal movida pelo princípio de organização dos serviços com redução das aglomerações emitiu o Decreto N° 20/2020 de 26/05/2020, determinando horários de funcionamento do comércio. Durante os dias de semana funcionaria de 08:00h às 13:00h de segunda-feira à sábado. Logo, o Grupo Combate COVID-19 elabora argumentos sobre as dificuldades dessa nova norma, que não se baseava em alternância de públicos: da cidade e das comunidades. As comunidades quilombolas, agricultores, pescadores têm como prática ir à cidade a fazer compras nas primeiras horas da manhã. Com essa proposta de fechamento estaria sendo provocado ao máximo as aglomerações. Haveria a concentração de todos os públicos.

Os dados da epidemia que chegam na Secretaria Municipal de Saúde são irrisórios e reduzidos a números, seriais, estatísticas, quando os processos de percepção da doença e das situações familiares e individuais são mais complexos. A reação de medo, insegurança nas relações com os testados contaminados termina não sendo compreendida pelas instituições que tem limitações para enfrentar as diversas situações, o que os quilombolas têm abertura para equacionar. Duas mensagens aferem essas questões.

Escuta mano, esse pessoal, nesse caso, a vigilância, a Secretaria de Saúde, ela vai fazer esse monitoramento dessas pessoas que estão vindo pra morar? Ou tão vindo pra passar um tempo? É bem complicado né? Porque a secretaria, ela não tem essa demanda de pessoal pra fazer esse monitoramento. É arriscado, nós sabemos que Barcarena foi o primeiro município que teve óbito. Mas, infelizmente o nosso município não tá preparado.

Boa noite.

Se trata de um filho e um pai, o pai de 60 anos, o filho tem 27 anos, a filha do senhor já mora na comunidade e eles vieram pra morar com eles, entendeu? Só que, pra eles entrarem pra morarem, precisariam primeiro do consentimento da comunidade. Só que como a prefeitura não tem um local de acolhimento em que eles fiquem hospedados até que se fizesse o retorno deles, eles não tem pra onde voltar, até porque não tem viagens, em diálogo com a Secretaria, também foi uma coisa que eles acabaram de me explicar, porque se tivesse eles colocariam eles de volta pra cidade de origem, a Secretaria acha mais viável levar eles até a casa, eles vão assinar um termo, um Termo de Responsabilidade, se eu não me engano, onde eles não poderão nem colocar a cara na janela por 15 dias. Após os 15 dias, se não apresentar nenhum sintoma, é que eles estarão liberados. Mas a secretaria já está indo pra lá, a vigilância já está indo pra lá pra fazer o acompanhamento deles.

As comunidades tradicionais encararam, de forma muito inesperada, mudanças de familiares e amigos muito temerosos da contaminação em bairros da cidade e falta de alimentos e tomaram o rumo desses povoados, vistos como refúgios. Na mensagem é abordada essa situação para a qual a Prefeitura não teve meios de controle. Os cadastros, controle e monitoramento por secretarias municipais contribuiria a reduzir efeitos negativos desses fluxos. O Grupo Combate COVID-19 manifesta preocupação com os dados levantados e a falta de detalhamento. Essa preocupação está identificada nos Boletins da MALUNGU que diferencia os dados para os quilombolas, identificando a taxa de letalidade.

Nesse cotidiano confere-se que as ações dos envolvidos no Grupo Combate COVID-19 representa sobrecarga de assuntos burocráticos. A decisão de manter um responsável na cidade fez com que essa pessoa tivesse que responder diversas solicitações e uma agenda carregada com as notificações para responder com prazo de 24h, pedidos, ligações telefônicas. Ainda cuidar da comunicação sobre a pandemia e passar informações e opiniões consistentes, o que foi feito em programas de rádio, como está marcado na agenda do Grupo.

Como foi alterada a rotina diária no quilombo? José Luís Souza responde que as viagens para a cidade que eram frequentes ficaram restritas. No dia-a-dia dos trabalhos para atender as necessidades alguns retomaram a fabricação de carvão, tapagem de igarapé e cuidados com a mandioca. Observa que as crianças continuam com suas brincadeiras. As pessoas circulam pelos quintais. “Porem as famílias passaram a trabalhar mais o coletivo na comunidade bem como a dar mais atenção aos idosos”.

Contrário à divulgação de números e valores repassados pelo Auxílio Emergencial, os quilombolas de Salvaterra parecem ter tido poucos entre os escolhidos. O Grupo Combate COVID-19 informa: “Fizemos um levantamento de famílias quilombolas residentes nesses quilombos e totalizou 1.456 então temos uma base de mais de 5 mil quilombolas para receberam esse auxílio”.

Os dados dos que receberam o Auxílio são colocados no balanço do Grupo Combate COVID-19 e de José Luís Souza que afirmou:

Ainda não recebemos nem uma ajuda do governo do Estado a não ser uma recomendação da Procuradoria Geral do Ministério Público para que os mesmos nos apoiassem de acordo com nossas necessidades. Porém acreditamos que seria viável um pouco mais de atenção.

### **Linguagem e espiritualidade face aos imponderáveis da pandemia**

*Mas vamos manter a calma, tudo logo vai passar*

As comemorações silenciosas, a ritualidade das orações atravessa as mensagens do Grupo COVID-19, que desejam um Bom Dia! Boa Noite! Felicitam pelo Dia das Mães e dão notícias lamentáveis de falecimentos na comunidade e na cidade. Esses eventos que marcam a afetividade dizem respeito a um “mundo da vida” diferente. Expressam-se reconhecimentos e por meio da fé o otimismo de proteções divinas. No dia da “Gloriosa Santa Rita de Cássia”, Santa das Causas Impossíveis, 22 de maio, a súplica é dita: “Que Santa Rita nos proteja todos”. Anunciavam Orações: “Estamos fazendo oração das Mil Aves Marias para cura do Coronavírus no mundo”.<sup>432</sup> E todos os bens da Salvação são compartilhados pelas correntes de oração que enunciam pedidos: “A todos os Santos e as divindades nos protejam”. Essa proteção divina e a ação de autopreservação da comunidade expressa-se cotidianamente ao lado de ações para resolver questões e encontrar alternativas de solução, pois se o atendimento, “*Sempre precário hoje mudou para pior onde os próprios quilombolas passaram a se ajudarem com o pouco que cada um tem e os usos de remédios caseiros feitos nos próprios quilombos*”, escreveu José Luís Souza

432. Na noite do dia 22/05 foi confirmado o primeiro caso de COVID 19 no território quilombola de Salvaterra.

Nessas mensagens compartilham-se conhecimentos de cura, recomendações pois faz parte da fala sobre cuidados dos corpos:

Eu tô tomando o **chá do jambu com limão e alho**, mas é ruim que só. É o jeito tomar né? Até que limão tem bem aqui, mas, ainda tem **capim marinho** pra fazer chá. Ultimamente só é chá que tá entrando aqui, chá e **suco de limão** já que não se encontra nas farmácias vitamina c. Amanhã eu vou sair novamente prá ver se eu encontro porque já andei e não encontrei.

Companheiros e companheiras.

Tem que ser na base da vitamina natural, porque vitamina C de farmácia, não tem amor, tem que ser goiaba, eu tô fazendo goiaba com limão, **suco da goiaba com o limão, suco do limão com acerola**. Enfim, assim que tem que ser, tem que fazer o processo de imunização, é dessa forma que a gente vai nos protegendo. Garantindo a proteção com o que temos e a proteção de Deus.

Eu não sei se me estou recordando, mas eu vi parece alguma vez, uma professora minha falando que a **folha da amora**, ela substitui algumas vitaminas, não sei se alguém pode me confirmar se procede.

Nessa mensagem está sendo exposta a carência das farmácias do município, onde não se encontrou mais uma “caixa de vitamina C”. As mensagens acolhem preocupações e posicionamentos atualizados sobre a situação pandêmica. Dessa forma, vários comentários e opiniões são conectados com a decisão sobre a realização do ENEM, em 2020. Fatos ocorridos nas comunidades tinham referências nas mensagens e vários problemas relativos as instituições canalizavam-se para o Grupo Combate COVID 19, que rapidamente propunha soluções.

## FINALIZA, NÃO?

*“Vida que segue, luta continua”* é uma das breves mensagens de WhatsApp. Todas elas marcam a aceleração do movimento, a agitação, as tensões e os atritos que ocorrem. A propósito, comentou na entrevista José Luís Souza:

Com os fechamentos muitos quilombolas fomos criticados e até ameaçados porem acreditamos que os territórios passaram a ter mais autonomia em suas decisões e não serão atingidos pelo COVID se continuarmos, caso contrário seria uma tragédia muito grande se tivermos um caso de COVID em um quilombo pois o povo tem hábitos de fazer visitas e desacreditar no que muitos médicos falam.

Ocorrência 1. Senhoras quilombolas agredidas verbalmente por quilombolas. Elas defendiam a permanência da barreira. Os quilombolas fizeram denúncia na polícia dos agressores.

Ocorrência 2. No dia 24 de maio de 2020, o fazendeiro Reginaldo Engelhard e sua esposa. O casal foi impedido de passar na barreira da comunidade de Boa Vista, no domingo 24 de maio de 2020. O fazendeiro ameaçou com ir à Justiça. As palavras não foram gentis para se dirigir aos quilombolas. O fazendeiro cumpriu sua ameaça. Chega José Luís Souza em Salvaterra e recebeu da Promotoria um documento. Entre outros pontos, o fazendeiro afirma desconhecer “conflitos entre produtores rurais e comunidades tradicionais, pois vivem em parceria”. O comentário de José Luís Souza sobre o depoimento que prestou na Promotoria:

Eu descrevi no documento de resposta sobre os portões dele, que ficam fechados de seis da tarde e só abre seis da manhã. Eu descrevi também sobre os casos de conflitos quilombolas, como por exemplo, as pessoas de Rosário, de Deus Ajude, que quando vão pescar lá pro lago, pro rio lá de perto da fazenda dele, que ele

já mandou a polícia ir buscar as pessoas presas, já trouxeram redes de pessoas presas, a canoa. Aí eu pergunto no documento: isso podemos chamar de que? Será o que é conflito prá ele.”

A luta continua. Pressão para retirar a barreira em Boa Vista. Denúncias de alguns quilombolas por essa decisão. O Ministério Público do Estado emite um mandado “desobstruir as vias”. Em Siricari o primeiro caso de quilombola contaminado por COVID-19. O Grupo Combate COVID-19 persiste em proteger os quilombolas de Salvaterra para evitar os expor à morte. O campo de forças se estabeleceu progressivamente, e, temos no comentário de José Luis Souza uma pista:

As relações com os poderes públicos no início estavam bem complicadas devido não nos ouvirem, porem após os fechamentos nas comunidades o que diminuiu bastante o trabalho do pessoal da Secretaria de Saúde e da Polícia com relação as pessoas não se aglomerarem e também há outras coisas, logo que ingressamos com pedidos via Ministério Público muitas coisas mudaram; hoje já temos uma polícia que começou aos poucos nos tratar com mais respeito assim como MP e os demais órgãos municipais.

Temporalmente, os quilombolas de Salvaterra neutralizaram e reduziram a capacidade de interferência e de imposição de práticas autoritárias; minimizaram as relações de força e de disciplinamento, enquanto eles estabeleciam disciplinas. Visível que eles não necessitaram ser governados, dirigidos e controlados. Também conseguiram evitar a burocratização dos Decretos. A pandemia de COVID-19 foi o auto isolamento social, comunitário, na prática dos quilombolas. O que ocorrerá com o afrouxamento das medidas de isolamento social, por Decreto?

Nas mensagens do Grupo Combate COVID-19 circulou o convite para terça-feira dia 26 de maio de 2020 quando estava convocado um Twitaco, organizado pela Malungu com três slogans:



“Vida dos Quilombolas importa”;

“Saúde para os Quilombolas”;

“Governo genocida”.

**GRUPO DE PREVENÇÃO CONTRA NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SALVATERRA/PARÁ.**

- OBJETIVO DO GRUPO**

O objetivo geral é a conscientização da população sobre o Coronavírus COVID-19 nas comunidades quilombolas e envolvendo medidas de prevenção. O grupo é formado pela Malungu, Abayomi, lideranças das comunidades e outros envolvidos e tem apoio da Universidade do Estado do Pará, Prefeitura de Salvaterra, Polícia e corpo de bombeiros e demais autoridades envolvidas na prevenção.

**O que é o coronavírus ?**

Coronavírus segundo o OMS (2020) é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. Segundo a Revista super interessante (2020), 20% dos casos de Covid-19 evoluem para um quadro mais severo, em que o vírus desce para os pulmões.


- ALGUMAS RECOMENDAÇÕES**

RESOLUÇÃO SALVATERRA Nº 001/2020 SEMED
- ROTEIRO DE ATIVIDADES**

As comunidades atendidas seguirão a seguinte ordem a partir das 08 horas da manhã:

Caldeirão, Bairro Alto, Pau Furado, Bacabal, Santa Luzia, S B da Ponta, Boa Vista, Sincari, Deus Ajuda, Providencia, Párisão, Rosário, Vila União.

Será feito o trabalho de prevenção contra o Covid 19 com áudios em pontos sem, os líderes das comunidades quilombolas estarão falando sobre a importância de **ficar em casa** de acordo com o protocolo criado pela regional Marajó, assim como de se prevenir e fazer as medidas cabíveis após a chegada dos locais que tenham casos de Covid 19 confirmados.



Zé Rufino

<https://www.facebook.com/comunidadequilombolaabayomi>



## COVID-19

O **coronavírus é nosso inimigo comum** e lutamos para que **fique bem longe daqui. Mesmo sem sintomas, algumas pessoas podem estar contaminadas e passar para outras. Por isso, visitante, não entre na comunidade.**

SACACA UFOPA





## **Coordenação do Grupo de Combate ao Covid-19 nas comunidades quilombolas de Salvaterra.**

Calendário de reuniões quilombolas de apresentação do Protocolo local das comunidades quilombolas de Salvaterra.

**Dispõem sobre as medidas de enfrentamento, no âmbito as Comunidades Quilombolas Locais do Município de Salvaterra na ilha do Marajó, a Pandemia da nova corona vírus COVID-19 e dá outras providências.**

A articulação da mesma é de inteira responsabilidade das lideranças quilombolas onde convidara somente um membro de cada família para a referida reunião emergencial. Gostaríamos muito que não tivesse na reunião pessoas idosas para que não sejam colocadas em riscos, solicitamos também que as reuniões sejam realizadas em locais arejados e amplo para mantermos o distanciamento social e só poderão participar das reuniões as pessoas que estiverem com seus EPiS.

No mais obrigado e aguardaremos o retorno das lideranças para eventuais confirmações.

**25/05/2020**

**PROVIDENCIA AS 13H30**

**DEUS ME AJUDE AS 15H00**

**27/05/2020**

BOA VISTA AS 15H00  
MANGUEIRAS AS 18H00

**28/05/2020**

AÇÃO DE SAÚDE EM MANGUEIRAS

SIRICARI AS 15H00  
BACABAL AS 18H00

**29/05/2020**

BARRO ALTO AS 08H30  
PAU FURADO AS 10H00  
SANTA LUZIA, AS 13H30  
PONTA AS 15H00  
CALDEIRÃO AS 18H00

**30/05/2020**

PAIXÃO AS 08H30  
ROSARIO AS 10H00  
VILA UNIÃO AS 15H00

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Território quilombola de Salvaterra**: Bacabal, Santa Luzia, Benedito da Ponta, Campo Alegre, Vila Nova e os conflitos com a fazenda São Macário, Salvaterra. Pará. Belém, Pará, UNAMAZ, 2007. 104 páginas.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. **Terras de herança de Bairro Alto**. Entre a fazenda da Embrapa e a fazenda do Americano. Pará. Belém, Pará, UNAMAZ, 2005. 88 páginas.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Uso e condições de acesso e controle de recursos hídricos em comunidades quilombolas do município de Salvaterra (Ilha de Marajó), Pará. In: **Seminário Internacional Águas da Pan-Amazônia**: institucionalização de marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias. Belém, de 2 a 4 de março de 2005. Anais... Belém

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo e terras de índio. Uso comum e conflito. **Cadernos NAEA**, N° 10. Belém: NAEA/UFGA, 1989.

CONCEIÇÃO, Aurino José da. **Uso da água na Comunidade Quilombola de Bairro Alto**: projeto de educação sobre necessidade de sustentabilidade dos recursos hídricos. Faculdade de Etnodiversidade. Campus de Altamira. 2014

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do PPGA/EBA/UFRJ**. N° 32. Dezembro, 2016. P. 123-151.

MALUNGU. **Protocolo da Regional do Marajó N° 01/2020** de 17 de abril de 2020.

RIBEIRO, Karla Tereza Silva. Água e condições de vida na zona rural de Salvaterra, Marajó-Pará. In: Maria do Socorro Simões. (Org.). **Campus Flutuante**: rumo ao Marajó (ISBN: 978-85-88998-17-9). 1ed. Belém: UFGA/NUMA, 2007, p. 111-124.

MPE. Procuradoria Pública Salvaterra. **Ação Civil Coletiva N° 0800097-23.2020.8.14.0091** da Vara Única de Salvaterra. 19 de maio de 2020. Disponível em:

file:///C:/Users/rosita/Documents/PANDEMIA%20E%20

TERRITORIO/ACP%20-%20Lixao%20Salvaterra%20e%20Joanes.pdf  
Acesso em 31/05/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA. **Decreto N° 20/2020** de 26/05/2020. Determina horário especial para o funcionamento do comércio em geral em âmbito do município de Salvaterra e da outras Providências.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVATERRA. **Decreto N° 07/2020, de 25 de março de 2020.**

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos FASCÍCULO 7 **Quilombolas da Ilha de Marajó** Belém, janeiro de 2006.s

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia.** México: Era, 2000.

